

## EDITORIAL

---

Considerando-se alguns aspectos que são inerentes à Administração Pública, a exemplo de peculiares princípios e um ordenamento, em regra, rígido, é possível que a vejamos como improvável palco para a inovação. Por outro lado, implicada em complexas e importantíssimas demandas das pessoas, também soa razoável compreender a Administração Pública como potencial celeiro de soluções inovadoras que podem se disseminar por setores da sociedade.

Não é necessário ir longe para buscar exemplos. O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, por exemplo, inovando em sua maneira de exercer o controle externo, desenvolveu o Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEG-M -, o qual se disseminou por outros tribunais de contas do país. O TCESP, ainda, tem disponibilizado diversos painéis e aplicativos à população, propiciando e estimulando o controle social mediante ferramentas tecnológicas.

Embora pareça quase inevitável associar inovação a tecnologia, os autores dos artigos que publicamos nesta edição da revista *Cadernos* nos mostram que não se inova somente no campo tecnológico. Ainda que, em alguns dos trabalhos, se note um ou outro aspecto tecnológico que responda, parcialmente, por resultados inovadores, como a digitalização de processos e a existência de serviços digitais à disposição dos motoristas que trafegam por rodovias em que é cobrado pedágio, o leitor terá a oportunidade de perceber que inovação é mais abrangente do que imediatamente nos parece.

Verá o leitor que (I) inovações no âmbito da legislação podem dar novas perspectivas a contratações no setor de saúde; (II) mudanças procedimentais, baseadas não só em soluções tecnológicas, mas também em questões atitudinais, têm capacidade de otimizar processos de contratações; (III) ferramentas que surgem da própria atuação burocrática podem contribuir com a incessante busca pela efetividade da aplicação dos recursos públicos; e que (IV) a inovação pode propiciar a justiça tarifária na fruição de serviços públicos concedidos pelo Estado a organizações privadas.

Nesta edição, a própria revista traz uma novidade. Além dos artigos temáticos, apresentamos a introdução dos trabalhos ganhadores e os mencionados com honra no I Concurso de Monografias do TCESP, os quais versam sobre orçamento público. O leitor interessado será redirecionado para acessar os trabalhos na íntegra.

A Escola Paulista de Contas Públicas e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo estão sempre de portas abertas para aqueles que se dedicam ao aprimoramento institucional da Administração Pública, buscando conciliar eficiência, sustentabilidade, governança, impacto social e responsabilidade fiscal. Desejamos a todos uma excelente leitura.

**Comissão Editorial da Revista *Cadernos* da Escola Paulista de Contas Públicas**

